

Perspetivas críticas sobre os estudos ibéricos

editado por Cristina Martínez Tejero e Santiago Pérez Isasi

Os nacionalismos ibéricos nos estudos sobre o romanceliro tradicional

Sandra Boto

Universidade do Algarve, Centro de Investigação em Artes e Comunicação, Portugal

Abstract Concerning the Pan-Hispanic balladry field, Iberian peripheral areas (such as Catalan, Galician and Portuguese) have been carelessly regarded, although this has not ever been admitted by Spanish academic criticism. It is known that peripheral Iberian oral traditions collections were, in the very beginning, ruled by nationalist demands. But we believe it is also true that, nowadays, the Castilian centrist point of view on peripheral balladry traditions displays the same nationalist shape. In order to illustrate this statement, we settle our discussion on several recent examples of critical studies and editorial activity devoted to the Pan-Hispanic balladry.

Keywords Nationalism. Pan-Hispanic folk balladry. Centre. Periphery. Oral tradition.

Resumo 1 As bases do problema. – 2 Contornos do(s) nacionalismo(s) ibérico(s). – 2.1 O caso português. – 2.2 O caso catalão. – 2.3 O caso galego. – 3 O comparatismo como metodologia. – 4 Que pan-hispanismo? Alguns equívocos e desconhecimentos. – 4.1 Fontes documentais e estudos críticos. – 4.2 Na atividade editorial. – 5 Palavras finais.

1 As bases do problema

Tanto entendida na dimensão hispânica quanto pensada à escala ibérica ou mesmo no contexto individual de cada nacionalidade, a história da recolha, edição e estudo do romanceliro pautou-se, desde o início, por motivações de

Este trabalho foi realizado no âmbito da Bolsa de Pós-doutoramento concedida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (Governo de Portugal) com a referência SFRH/BPD/84108/2012, financiada por fundos nacionais do MCTES.

Edizioni
Ca' Foscari**Biblioteca di Rassegna iberistica 16**

e-ISSN 2610-9360 | ISSN 2610-8844

ISBN [ebook] 978-88-6969-323-6 | ISBN [print] 978-88-6969-324-3

Peer review | Open access

Submitted 2018-09-24 | Accepted 2018-10-18 | Published 2019-08-02

© 2019 | Creative Commons Attribution 4.0 International Public License

DOI 10.30687/978-88-6969-323-6/006

153

ordem nacionalista, as quais lançaram sobre os estudos dedicados a este género poético, por natureza transnacional, manipulações indesejáveis.

Reconhecendo este facto, Jesús Antonio Cid afirmava, num trabalho de 1999, intitulado «La poésie narrative populaire et la collecte dans la péninsule ibérique au XIXe siècle», que o interesse pela balada narrativa de tradição oral manifestado pioneiramente pelas regiões ibéricas periféricas assenta no facto de estas constituírem «nationalités problematiques» (Cid 1999, 144). Com grande acerto, defendia ainda o seguinte:

A partir du moment où l'on comprend que le romancelo est un phénomène culturel génétiquement et typologiquement commun à tous les peuples hispaniques, on commence l'étape vraiment scientifique de son étude. (Cid 1999, 147)

Se o conceito de «nationalités problematiques» se nos afigura pouco produtivo para o caso – todas as nacionalidades o são, em última instância, do ponto de vista de outra qualquer nacionalidade com interesses colidentes –, já esta última citação do professor Antonio Cid é consensual. Necessário será ressaltar, contudo, em jeito de provocação, que, se da assunção plena do pan-hispanismo¹ nos estudos sobre o romancelo tradicional depende o início da etapa verdadeiramente científica à qual se reporta o investigador, esta ainda está para chegar. Senão, observem-se as dificuldades reiteradas que a história crítica da balada peninsular tem manifestado em reconhecer o contributo dos diversos povos hispânicos, considerando o *castelhanocentrismo* que tem vindo a pautar esta área. Tentarei, neste estudo, ilustrar este ponto de vista com algumas achegas.

¹ A propósito da definição de pan-hispanismo associado ao romancelo tradicional, escreviam os editores do *Romancelo tradicional de las lenguas hispánicas (español-portugués-catalán-sefardi)*, no prefácio ao seu volume I, obra que marca o início da publicação do monumental projeto pan-hispânico de Menéndez Pidal: «No hay poesía tradicional que se extienda a tal número de gentes, ni que tenga tal valor artístico en sí misma y en sus relaciones con la literatura individual, ni que mejor se preste al estudio de los problemas de crítica histórica y estética suscitados por el arte colectivo, como el Romancelo» (Lapesa et al. 1957, V). A conceção de pan-hispanismo adotada neste trabalho coincide, portanto, com esta visão tradicionalista de um género de raízes ibéricas que se estendeu por uma significativa diversidade de povos e de geografias, da Idade Média até aos nossos dias, funcionando assim como um importante fator de coesão cultural.

2 Contornos do(s) nacionalismo(s) ibérico(s)

Para melhor nos aproximarmos do problema, será necessário recuar ao final do primeiro quartel do século XIX, momento em que as nações ibéricas despertam para a consciência da sua própria identidade cultural, agitadas pelos ventos românticos europeus que chegavam a este extremo do continente. Cabe lembrar que foi no contexto do romantismo nacionalista que se inauguram os estudos sobre a balada, primeiro na Europa do Norte e, mais tarde, seguindo os modelos de Walter Scott (1771-1832), Thomas Percy (1729-1811) ou Johann Gottfried von Herder (1744-1803), na Península Ibérica.² Como é reconhecido – também em Cid (1999, 6) –, este movimento de levantamento e de pesquisa nas tradições orais ibéricas ganha avanço nos espaços geográficos periféricos da Península Ibérica, ou seja, em Portugal, Catalunha e Astúrias, primeiro, na Galiza, depois.

Conforme atesta Ferré (2002, 96), a propósito do contributo pioneiro de Almeida Garrett (1799-1854) para o desbravar da tradição baladística lusa a partir de 1824, «[a]o contrário do que ocorrera em Espanha, que ostentava um riquíssimo acervo impresso a partir do século XVI, de facto, Portugal nunca editara os seus romances». Aqui reside, segundo propomos, a pedra de toque destes movimentos.³

Pelo contrário, o centro peninsular, coincidente com o espaço geográfico e cultural de Castela, só viria a participar nesta corrida aquando da entrada em cena do segundo romantismo (que apontava já para motivações e metodologias de natureza positivista), ia o século bastante avançado. Sem sombra de dúvida, tal atraso fundamentar-se-á na existência prévia, levada a cabo entre os séculos XVI e XVII, de um importante movimento editorial referente ao romanceiro velho e novo castelhano,⁴ difundido um pouco por todo o

² Vasta bibliografia tem sido dedicada a este assunto. Sem irmos mais longe, Cid (1999) aborda a questão. Veja-se, também, Menéndez Pidal (1953, 251-69) que elabora um panorama sobre a balada romântica no espaço europeu.

³ Comentaremos em particular os casos português, catalão e galego, aos quais se reconhecem padrões de semelhança no que respeita ao interesse ideológico nacionalista pelo romanceiro de tradição oral. O caso asturiano não será aqui contemplado já que os inícios da sua recolecção não ostentam uma filiação linguístico-nacionalista. Tão-pouco será tido em conta o romanceiro basco, que, no século XIX, não demonstrou qualquer ligação à tradição oral moderna, tendo então optado a classe intelectual influente por forjar tradições poéticas totalmente alheias às práticas tradicionais.

⁴ Por razões operativas, e sem pretendermos encetar o debate em torno de complexas questões de classificação, entendemos aqui o romanceiro velho como o *corpus* de baladas tradicionalizadas entre os finais da Idade Média e os inícios do *Siglo de oro* que conheceram ampla difusão impressa sobretudo durante o século XVI, em cancioneiros de romances castelhanos e folhetos de cordel. O amplo sucesso deste género animou, por seu turno, renovadas abordagens poéticas à medida que o século ia avançando, as quais se tornariam predominantes no século XVII: o romanceiro novo. Enquadrados de pleno direito no espírito e na estética barrocas, de feição culta e sem relações com

espaço ibérico (cf. Cid 1999, 143-4 ou Ferré 2006, 87). Este copioso movimento editorial do passado bastava para impor o romanceiro castelhano como um *género nacional*.

Sem dificuldade se compreenderá, portanto, que, no dealbar do movimento romântico na Península Ibérica, Castela se mantivesse à margem do processo de reivindicação da poesia narrativa de tradição oral. Não esqueçamos que foi na sua língua que, de forma quase exclusiva, se escreveram e publicaram as versões de romances impressas nos séculos XVI e XVII. Logo, não lhe assistia a necessidade que atingia as demais nações ibéricas de procurar entre a tradição oral moderna do século XIX aquilo que a *idade de ouro do romanceiro castelhano* já proporcionara. Referimo-nos, em concreto, às inúmeras versões de romances editadas e reeditadas sucessivamente em *Cancioneiros de romances*, *Silvas* e outras riquíssimas coletâneas que foram dadas à estampa desde a década de quarenta do século XVI até ao século seguinte e que divulgaram profusamente o género.

Na realidade, durante uma época que poderemos designar já como romantismo pleno, a obra poética narrativa do Duque de Rivas (1791-1865), nomeadamente o *Moro expósito* (1834) e os *Romances históricos* (1841), através da qual se revitaliza a utilização do romance de temática histórica e histórico-épica neste âmbito geográfico, mostra bem como não se equacionava, sequer, o recurso à tradição oral como matéria poética em Castela. Ilustra, portanto, a tese de que não necessitava de recorrer ao romanceiro tradicional para construir um imaginário nacional, pré-existente e pré-afirmado já na poesia.

É certo, pois, que o enquadramento nacionalista dita a motivação para a inquirição da voz do povo em busca dos velhos cantos medievais acionada pelas culturas periféricas, de modo a legitimar o carácter ancestral das suas nações e, conseqüentemente, das línguas ibéricas, enquadramento que parece não atingir o espaço geocultural castelhano, conforme mostrámos. Não obstante, a consciência de uma unidade cultural hispânica envolvendo Espanha e Portugal para já neste primeiro movimento romântico na historiografia da época sobre as literaturas portuguesa e espanhola, a qual reflete a visão exterior de eruditos estrangeiros, como Bouterwek ou Sismondi, conforme clarificou Pérez Isasi (2017, 337), e preconiza frequentemente a existência de um bloco cultural comum correspondente à Ibéria. A este respeito, discorre ainda o mesmo autor:

Do Romantic literary histories offer a unified image of both Iberian nations? The answer to this question must be dual, and somewhat paradoxical: Romantic literary histories insist on the similar-

a tradição oral, os *romances nuevos* marcam já outra conceção do género, embora de perdurabilidade limitada ao período de vigência do código barroco.

ity and the continuity between the two countries, but also on their mutual independence and individuality. (Pérez Isasi 2017, 337)

Acrescente-se que esta imagem de uma matriz cultural ibérica por um lado unificada, por outro, individual, não é exclusiva dos observadores externos, mas parece coexistir na mente dos eruditos românticos que se debruçavam paulatinamente sobre as tradições populares das suas periferias, insistindo estes, como é óbvio, nos traços individualizadores das suas nações e das suas línguas face a Castela.⁵ Observemos, portanto, como a literatura crítica dos primórdios do movimento e as primeiras campanhas de divulgação do romanceiro tradicional refletem esta questão.

2.1 O caso português

A consciência de uma unidade geocultural designada ‘Hespanha’ paira de forma bastante clara na mente do português Almeida Garrett, personalidade multifacetada e introdutor do interesse pelo romanceiro tradicional na Península Ibérica. Na carta «Ao Sr. D.[uarte L.[essa]», texto em prosa que acompanha, em 1828, à guisa de prefácio, *Adozinda. Romance* (Garrett 1828, vii-liii), poema que foi, ao fim e ao cabo, a primeira manifestação impressa do romanceiro da tradição oral moderna portuguesa que recriou o romance *Silvana*,⁶ escreve o erudito português:

A nossa poesia primitiva e eminentemente nacional, a que do princípio e, para assim dizer, do primeiro balbuciar de nossa língua, nos foi comum com todos os outros povos que mais ou menos tiveram comunhão com a língua provençal, primeira culta da Europa [...] foi seguramente o romance histórico e cavalheiresco, ingénua e rude expressão do entusiasmo de um povo guerreiro. (Garrett 1853, 5-6)⁷

⁵ Como reforço desta ideia e em abono do postulado aqui inicialmente apresentado que defende o fechamento da cultura castelhana sobre si própria, refira-se que «when Spanish and Portuguese literary histories start to be written by Iberian historians themselves, any idea of Iberian proximity and continuity vanish quite quickly: these literary histories, written mainly from 1850 onwards, may mention occasionally the other Iberian nation and literature (more frequently in the case of Portuguese literary histories than the other way round), but they always establish very clear boundaries and limits that coincide, as we might expect, with the political territories of the nineteenth-century states of Spain and Portugal» (Pérez Isasi 2017, 337-8).

⁶ *Silvana* (tema 0005, de acordo com o sistema de classificação internacional *Índice general del romancero*), reproduz o motivo folclórico da donzela desventurosa que é vítima de incesto.

⁷ Embora a carta dirigida ao amigo Duarte Lessa tivesse sido publicada pela primeira vez em 1828 e depois reeditada em 1843, no *Romanceiro e Cancioneiro Geral*, cita-

Algo comum nos revela, ao nível da prática poética, uma curiosa versão manuscrita da balada *O arraiano*, da autoria deste mesmo poeta.⁸ Esta balada, que permanece inédita,⁹ é entendida por Garrett como *exemplum* da união ibérica (Espanha representada pela mulher infiel; Portugal, pelo marido zeloso e traído), ostentando cada uma das personagens as características (e a língua) das nações de origem que, apresentando traços de carácter diferenciadores, coabitam. Extrapolando o simbolismo emanante deste poema, que aponta para o reconhecimento de uma realidade cultural que nos foi comum e que agora é ‘vizinha’, sobressai do posicionamento do primeiro romântico português, ao interessar-se pela poesia popular, uma ênfase na delimitação de uma fisionomia literária nacional, preferindo, como é previsível, sublimar os traços próprios da cultura da sua nação naquilo que a torna peculiar (e, em todo o caso, superior, na sua conceção) à outra com quem partilha o espaço ibérico.¹⁰

2.2 O caso catalão

O dealbar do enérgico movimento de recolhas que intelectuais pertencentes à mesma geração romântica levaram a cabo na Catalunha apresenta um enquadramento aproximado ao português. Referimo-nos nomeadamente ao grupo de Pau Piferrer (1818-48), Manuel Milà i Fontanals (1818-84) e Marià Aguiló (1825-97), animados tanto quanto Garrett por intenções estéticas como por motivações patrióticas, embora com contornos algo distintos, já que o designado movimento da *Renaixensa* catalã – expressão que define o impulso romântico na cultura catalã que começa a tomar forma em finais do século XVIII – visava, em última instância, responder à necessidade de legitimação da sua língua, que fora subjugada durante séculos, objetivo

mos pela última reedição do texto da responsabilidade do autor, no *Romancel*, volume dado à estampa em 1853. Em virtude das variantes que Garrett foi introduzindo ao texto, reproduzimos assim a última vontade do autor sobre o mesmo.

8 Esta foi a designação atribuída por Garrett ao poema. Contudo, ele corresponde a uma reelaboração criativa do poeta tendo como base o romance tradicional *Los presagios del labrador* (tema 0818 segundo o sistema de classificação internacional *Índice general del romancel*), que relata os presságios de um lavrador que, no caminho para as suas lides no campo, presente a traição cometida pela esposa e regressa a casa, encontrando-a em *flagrante delicto*.

9 O manuscrito garrettiano onde se encontra fixada pertence à Coleção Futscher Pereira, atualmente propriedade do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e conserva-se na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Foi por nós inventariado com a referência III.38 (Boto 2011, 153).

10 É de notar que, a partir da perspectiva romântica portuguesa, não se diferenciam normalmente as especificidades nacionais atinentes ao território espanhol, sendo este entendido como um todo comum.

que o trabalho de edificação de um cancionero e romanceiro populares em Portugal dispensava, naturalmente.¹¹ Assim, data de 1853 a publicação dos primeiros vestígios do romanceiro tradicional catalão, da responsabilidade de Milà i Fontanals, nas *Observaciones sobre la poesía popular, con muestras de romances catalanes inéditos*, embora o início das recolhas remonte a uma data tão precoce quanto 1835, tendo sido conduzidas «per pura curiositat» (Massot i Muntaner 2001, 13) pela mão do erudito maiorquino Marià Aguiló – datação que é geralmente omitida (desconhecida?) pela crítica nas cronologias de recolha e publicação do romanceiro tradicional ibérico.¹²

2.3 O caso galego

As fundações do interesse pelo romanceiro na Galiza remontam igualmente a um movimento de *Rexurdimento* oitocentista, similar ao catalão no propósito assumido de legitimação da língua, o qual, na visão de José Luís Forneiro,

al igual que todos los nacionalismos de raíz romántica promovió la recolección y el estudio de materiales folklóricos con el objetivo de establecer la identidad nacional; pero, paradójicamente, con su obsesión por la identidad del pueblo gallego, vino a impedir subsecuentemente la comprensión de la naturaleza de la cultura tradicional, y dificultó la formación de una idea cabal del saber folklórico de ese pueblo objeto de estudio. (Forneiro 2000, 18)

A realidade é que as primeiras evidências do romanceiro galego, apesar de partilharem algumas metodologias editoriais com a geração de eruditos interessados na balada tradicional que se movimenta em meados do século XIX noutros territórios peninsulares, apresentam-se mais tardias no tempo e muito pouco expressivas

¹¹ Para mais detalhes sobre os contornos do movimento da *Renaixensa*, consultar Espadaler (1989, 99-114). A seguinte passagem retrospectiva de Marià Aguiló, datada de 1983 e extraída do prólogo do *Romancer popular de la terra catalana. Cançons cavalleresques*, ilustra bem a associação entre o movimento de levantamento da poesia tradicional catalã e a valorização da língua ancestral: «durant la llarga temporada en que 'l començat renaxement literari de la llengua materna dormia com un infantó malaltic enso-pit em el breçol, sens qu 'ls pochs qui 'l vetllavam poguessen endevinar la vinguda dels Jochs florals, que havian de transformar per encantament aquell breç en carro triunfal». Note-se como «[l]a fruició misteriosa, increíble á qui no lo haja sentida, que exos cants atractivols tenen pels infants quei ab ells se agombolaren, y l'amor que mes tart despertan á la llengua que s'há après de confegir tot breçolantse y condormintse al sò de ses tonades, me'n exageraven el poder y la valúa» (*apud* Massot i Muntaner 2002, 13).

¹² Cf. esta ausência nas cronologias de Sánchez Romeralo (1979, 21-51) e de Cid (1999, 149-50).

no que respeita ao número de versões de romances exumadas. Manuel Murguía (1833-1923), «lleno de prejuicios regionalistas», conforme refere Menéndez Pidal (1953, 285), fez um trabalho que mais não significou do que dar notícia da existência do romanceliro tradicional na memória oral galega. Antonio Cid acentua assim o desempenho negativo deste intelectual no que respeita à edição da tradição oral galega:

Desde el mismo principio en que empieza a hablarse de un Romancero gallego entramos en una historia, con tintes a veces rocambolescos, de colecciones supuestas, perdidas y reaparecidas, inaccesibles y siempre inéditas. Ello se traduce en que sobre los escasos textos disponibles domina siempre un cierto exceso de interpretaciones basadas muchas veces en materiales desconocidos para el lector y cuya exactitud era imposible contrastar. La responsabilidad de este estado de cosas recae, en buena parte, en la figura de quien fue considerado, y lo es aún, como ‘patriarca’ de la cultura gallega, y como el primer formulador de un discurso y una historiografía nacionalista en Galicia, es decir Manuel Murguía. (Cid 2005-06, 57)

A síntese da situação do romanceliro galego no século XIX, e quando comparada com a dos restantes casos ibéricos nacionais, traça-a, ainda, o mesmo filólogo:

Lo específico del caso gallego consistiría, si acaso, en la compleja coexistencia de ambos tipos de folclorismo [o folclorismo representado pelos trabalhos mais avançados e com pretensões de rigor de Milá ou de Leite de Vasconcelos, por um lado; o folclorismo que representa a corrente romântica propriamente dita, das mistificações baladísticas, pelo outro] en unos mismos ámbitos e incluso en unas mismas personas; específica es también la larga vigencia del folclorismo apócrifo en Galicia, y ello hasta el extremo de que todavía hoy apenas se han cuestionado públicamente las abundantes fabricaciones -en mi criterio, al menos- que se elaboraron en el siglo XIX, ni se han deslindado con nitidez las fronteras entre los materiales genuinos y los que no lo son tanto, o no lo son en absoluto. (Cid 2005-06, 52)

Pese embora este início controverso, o dealbar do século XX traria consigo, finalmente, novas modalidades de edição e renovados paradigmas teóricos proclamados como rigorosos, fundados no positivismo reinante nas ciências, com interessantes frutos tanto no caso catalão, como no português. Contudo, no âmbito regional galego, o contributo do recoletor e editor Víctor Said Armesto (1874-1914) acabou por revelar-se modesto, já que prosseguiu, do ponto de vis-

ta editorial, e por detrás de um apregoado rigor filológico, a reprodução das práticas editoriais interventivas criticadas pelo professor Cid, chegando mesmo a criar textos apócrifos, segundo aponta Forneiro (2016, 187-93).

3 O comparatismo como metodologia

A grande novidade introduzida entre finais do século XIX e inícios do século XX consistiria, pois, na entrada em jogo da tradição oral moderna de âmbito linguístico castelhano.¹³ O comparatismo impunha-se, no campo de estudos do romanceiro, e era este o momento de incrementar o *corpus* de versões através de movimentos de recolha, mais ou menos organizados, com Espanha (leia-se, Castela) a assumir uma posição dominante a partir desta fase.¹⁴

Neste novo paradigma, o labor incansável da empresa familiar Menéndez Pidal-Goyri relevou-se determinante para os incontornáveis avanços conseguidos aos níveis crítico e teórico. O arquivo que Menéndez Pidal e María Goyri formaram, ao longo das suas vidas, para o qual contribuiu um vasto número de amigos e correspondentes, marcaria definitivamente os estudos sobre o romanceiro à escala pan-hispânica até ao presente, contemplando materiais oriundos dos mais variados territórios pelos quais o romanceiro se disseminou, da Península Ibérica aos países latino-americanos de língua portuguesa e espanhola. Trata-se de um monumental espólio que reúne dezenas de milhares de documentos em torno do romanceiro, entre os quais se contam cerca de 6.000 versões oriundas de diversas geografias.

Ainda em 1907, a filóloga alemã Carolina Michaëlis de Vasconcellos, amiga e profunda admiradora do labor de Menéndez Pidal, apontava o dedo à dispersão dos materiais do romanceiro tradicional. Vaticinaria, inclusive, que

Esta lacuna será, por certo, preenchida pelo seu continuador [Milà i Fontanals] D. Ramón Menéndez Pidal, o futuro reconstrutor e historiador do *Romanceiro Geral Hispânico*, isto é: de todos os textos verdadeiramente antigos e dos tradicionais sobreviventes que deles derivam, em lição castelhana, portuguesa, catalã ou híbrida, quer no continente ou nas ilhas oceânicas e mediterrâneas, quer

¹³ Ver, acerca das razões que justificam a descoberta tardia da tradição oral castelhana, por exemplo, Cid 2005-06, 56-7.

¹⁴ Assim, «[para el periodo que ahora nos interesa, el ‘castellanismo’ coincide sin más con el nacionalismo español, que disponía de elementos culturales e históricos más que suficientes para fundamentarse» (Cid 2005-06, 56).

além-mar, nas terras descobertas, quer entre os Judeus do Levante e de Marrocos, expulsos da Península na época da maior eflorescência dos romances. (Vasconcellos 1934, 3)¹⁵

Em palavras eivadas de pan-hispanismo como estas anunciava-se, pois, a rigorosa metodologia pidalina no campo de estudos sobre o romanceiro. Mas sem retirar reconhecimento aos estudos apoiados na metodologia implementada por Menéndez Pidal, cabe lamentar que a história da balada pan-hispânica não guarde, por exemplo, registo de outros contributos pioneiros não castelhanos. Pensamos, nomeadamente, no primeiro romanceiro pan-hispânico, que não constituiu novidade de origem castelhana, mas por acaso portuguesa: o *Romanceiro Geral Português* (1906-09) de Teófilo Braga, obra que nunca receberia o devido mérito da comunidade internacional dedicada à poesia narrativa mas que, não obstante, reflete já a conceção de que os estudos sobre o romanceiro tradicional só fariam sentido a partir do controlo de todas as ramas que o integram. Ultrapassada encontrava-se já a ideia de que o levantamento e edição do romanceiro de tradição oral correspondia à exumação das relíquias poéticas do passado, conforme o romantismo preconizou.¹⁶

Esperar-se-ia que, sob a batuta de Menéndez Pidal, nunca mais os estudos sobre o romanceiro regressassem a postulados patrióticos ou nacionalistas como aqueles que foram esboçados nas páginas anteriores e que atingiram os mencionados contextos geoculturais periféricos durante o século XIX. Mas será que a proclamação do pan-hispanismo neste campo de estudos, de braço dado com a criação do monumental Arquivo do Romanceiro de Menéndez Pidal, anulou definitivamente, no século XX, as *perniciosas* tendências nacionalistas introduzidas pelas gerações românticas oriundas das periferias ibéricas? A resposta não pode ser favorável, segundo comprovaremos.

¹⁵ Cito pela edição de 1934 de *Romances Velhos em Portugal*, da autoria da filóloga alemã.

¹⁶ Apesar de não ser este o lugar indicado para introduzir o assunto, cabe ressaltar que, se é certo que o trabalho de Teófilo Braga reconhecia que mais importante do que evidenciar uma determinada tradição nacional era detetar os traços comuns entre as diversas culturas, através da publicação, lado a lado com as versões portuguesas de romances, as congéneres de outras geografias que lhe chegavam ao conhecimento, o mesmo rigor científico não foi aplicado pelo erudito português aos critérios editoriais dos textos que divulgava nas suas coleções, acabando, deste modo, por atrair os seus próprios postulados positivistas.

4 Que pan-hispanismo? Alguns equívocos e desconhecimentos

4.1 Fontes documentais e estudos críticos

Embora a historiografia crítica pidalina e pós-pidalina de craveira tradicionalista proclame o comparatismo pan-hispânico como paradigma científico válido nesta área de estudos, na prática, um conjunto de equívocos e de muitos desconhecimentos insiste em evidenciar uma certa corrupção do espírito do método. Observemos alguns breves factos que ilustram convenientemente estes desconhecimentos:

- a. O imenso destaque que normalmente é concedido pela crítica internacional ao Arquivo do Romanceiro de Menéndez Pidal-Goyri, edificado sob a responsabilidade de Menéndez Pidal, alimentado em boa medida por María Goyri e ampliado por gerações sucessivas de investigadores converteu este núcleo documental no verdadeiro esqueleto e matéria orgânica dos estudos hispânicos sobre o romanceiro durante o século XX.¹⁷ Sem questionar em absoluto o valor deste arquivo de ambição pan-hispânica, será de reconhecer que à sua sombra ficaram ofuscados outros acervos de grande envergadura, escamoteando-se, mesmo no presente, alguns importantes esforços exaustivos empreendidos com vista à documentação das sub-tradições¹⁸ peninsulares.

Para referir um exemplo à escala peninsular, coevo da constituição do Arquivo Menéndez Pidal-Goyri, refirmam-se os importantíssimos resultados, obtidos através de significativos investimentos institucionais que, nos inícios do século XX (mais precisamente entre 1921 e 1936), a *Obra del cançoner popular de Catalunya*¹⁹ alcançou. A esta juntar-se-ia, mais tarde, o espólio de Marià Aguiló, Serra i Pagès e outros, contabilizando este arquivo cerca de 13.000 canções (entre as quais se encontra um *corpus* significativo de versões de romances exumadas da tradição oral catalã), entre outros materiais fol-

¹⁷ Atualmente, a Fundación Ramón Menéndez Pidal promove a migração para o meio digital deste imenso arquivo, que já se apresenta parcialmente disponível, em <http://fundacionramonmenendezpidal.org/archivodigital/presentacion> (2018-09-16).

¹⁸ Este termo técnico, que não aufere qualquer carga pejorativa, é comumente aceite pelos investigadores da área pois, de acordo com o paradigma tradicionalista, o romanceiro é uma grande e única tradição que se materializa em sub-tradições nacionais e mesmo regionais.

¹⁹ A *Obra* «tingué la gran virtut d'aplegar en un sol projecte i en una mateixa direcció l'esforç de la majoria d'interessats en la música popular. D'entrada ja en representació institucional [...] però també em la llarga llista de col·laboradors» e foi divulgada «a través d'uns interessantíssims i extensos» vinte e um volumes intitulados *Materiales* (Aiats 2004-05, 135).

- clóricos (cf. Aiats 2004-05, 123-38). O seu geral desconhecimento entre os investigadores que se dedicam ao estudo da balada pan-hispânica significa, pois, uma lacuna gravíssima no que respeita à tradição oral catalã, defeito que se acentua se nos lembrarmos de que a área de investigação se assume como pan-hispânica.²⁰
- b. Invoquemos aqui outro constante desconhecimento pleno de significado. Há provas dadas de que foi o português Almeida Garrett quem, em 1823 ou 1824 iniciou, a partir do exílio inglês, o registo do romanceiro da tradição oral moderna (nesse caso, a portuguesa). O caderno manuscrito «Cancioneiro de romances, xácaras, solaus / e outros vestígios / Da antiga poesia nacional / Pela maior parte conservados na tradição / oral dos povo[s] / E agora primeiramente coligidos / Por / J.B. de Almeida Garrett»²¹ ostenta inclusivamente no rosto a indicação: «Começado / 1824». Contudo, a crítica de filiação castelhana continua a não creditar este pioneirismo à tradição portuguesa, ao referir como primeira manifestação da tradição oral as recolhas de 1825 (ou 1824, dependendo dos autores) levadas a cabo por Bartolomé Gallardo na Cárcel de los Señores, de Sevilla, que exumam, da tradição oral castelhana, uma versão do romance *Conde Sol* e outra de *Gerinaldo*.²² Portanto, havia-se gerado aquilo que creio podemos designar como um verdadeiro mito fundacional que reivindica, em muitos autores coevos e contra claras evidências documentais, o balbuciar do interesse recoletor sobre o romanceiro tradicional para o espaço geolinguístico castelhano.
- c. Outra mitificação que passou a adquirir a leitura de verdadeiro carácter fundacional reside efetivamente no celebrizado relato que dá conta da aparição da tradição oral moderna em Castela, mais precisamente em Soria. Refiro-me à narrativa, contada em primeira pessoa por Menéndez Pidal no segundo volume do *Romancero hispánico*, da viagem de núpcias protagonizada por ele e pela mulher, a também filóloga María Goyri, em 1900, e dos intentos recoletores que se lhe segui-

20 Na realidade, foram estabelecidos alguns contatos entre a *Obra del cançoner* e Menéndez Pidal, primeiro. Posteriormente, Diego Catalán, neto de Menéndez Pidal, acedeu também a alguns dos materiais catalães (cf. Rebés Molina 2016), mas com interesses de consulta bastante definidos.

21 Manuscrito autógrafo atualmente depositado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Sala Ferreira Lima 1-2-1-24).

22 O romance do *Conde Sol* [*La condesita*] é classificado com o código 0110, de acordo com o *Índice general del romancero*, e *Gerinaldo* com o 0023. Este facto é omitido, por exemplo, nas atrás mencionadas cronologias do romanceiro tradicional pan-hispânico: cf. Cid 1999, 149-50; Sánchez Romeralo 1979, 21-51.

ram (cf. Menéndez Pidal 1953, 291-302). Mas é durante esta primeira excursão que surge fortuitamente aquela que (ainda hoje) é considerada a primeira versão do romance histórico da *Muerte del príncipe don Juan*.²³

«[A]quél era un romance del siglo XV, desconocido a todas las colecciones antiguas y modernas», afirma então Menéndez Pidal (1953, 292), acerca do poema tradicional que narra a trágica morte de don Juan, único filho varão dos Reis Católicos, ocorrida em 1497. Não obstante, num incontornável artigo de 1904 publicado no *Bulletin Hispanique*, no qual dava notícia da descoberta da versão castelhana, María Goyri contrariava já esta posição. Começa o seu estudo por afirmar explicitamente que «Teófilo Braga insertó en su *Romanceiro Geral* con el título de *Casamento e mortalha* el siguiente romance que había sido publicado anteriormente por Almeida Garrett» (Goyri de Menéndez Pidal 1904, 29). Deste modo, remete explicitamente para a existência de uma versão anterior àquela que recolhera juntamente com Menéndez Pidal em 1900, portanto, identificando-a com o texto português que Garrett publicara em 1851 no seu *Romanceiro* (Garrett 1851, 32-5), embora então o editor português não fosse consciente da vinculação entre o relato poético e o fatal acontecimento histórico.

Justamente devido a esta identificação de Goyri parece ainda mais espantoso que a historiografia de filiação castelhana viesse a obliterar, com honrosas exceções, a existência prévia de uma versão portuguesa do romance, criando deste modo toda uma mitificação em torno daquele que viria a ser cunhado como o início da presença do romanceiro oral em Castela e, se maior sentido simbólico houvesse, mediante o aparecimento de um romance absolutamente desconhecido que relata um tão importante acontecimento ocorrido no século XV.²⁴ Na verdade, uma parcela muito significativa de

23 Trata-se do tema 0006, de acordo com a classificação do *Índice general del romancero*.

24 Lembramos que o desaparecimento do jovem príncipe Don Juan (1478-97) colocava em risco a união de coroas proporcionada pela aliança entre Isabel de Castela e Fernando de Aragão. Embora a esposa, Margarida de Áustria, se encontrasse grávida aquando da morte do príncipe, o filho de ambos viria a nascer sem vida, afastando-se assim a esperança de que o problema sucessório se resolvesse pela via do herdeiro póstumo. A aliança com Portugal foi então encarada como solução desejável para a manutenção dos interesses castelhanos, tendo sido totalmente depositada no pequeno príncipe D. Miguel, filho de Isabel, irmã de Don Juan, e do rei de Portugal, D. Manuel I, solução também fracassada devido à morte prematura deste príncipe. Por outro lado, o desaparecimento do filho dos Reis Católicos fazia estremecer o equilíbrio no que diz respeito à política externa espanhola, nomeadamente nas suas relações com França e com o Reino de Nápoles. Esta crise sucessória teve, ainda, impacto direto na ascensão ao poder da Casa de Áustria em Espanha. Em síntese, no romance tradicional, estão em jogo: «[e]l joven don Juan que se enfrentaba con la muerte [y] era, en la histo-

estudos críticos atuais de filiação espanhola (castelhana) da mais elevada craveira filológica que se debruçam sobre o tema continuam a reproduzir, em tom muitas vezes épico, este erro. Assim se enquadram as palavras de Antonio Sánchez Romeralo, reconhecido investigador, a propósito deste tema, ao incompreensivelmente estabelecer também que se trata de um «romance nunca antes recogido en colección antigua o moderna» (Sánchez Romeralo 1979, 31). Outra posição frequente da crítica de filiação castelhana, mais subtil, consiste em não afirmar de forma taxativa a existência da prioridade da versão garrettiana e desvalorizando, por conseguinte, a pré-existência da versão portuguesa, como se observa no seguinte excerto retirado do estudo que Diego Catalán dedicou ao tema na sua *Arte poética del romancero oral. Parte 2ª Memoria, invención, artificio*:

Pero no mucho después, María Goyri reconoció en él una narración de la muerte del príncipe don Juan, el malogrado heredero de los Reyes Católicos, y en 1904, después de espigar en publicaciones anteriores fragmentos hasta entonces no identificados del mismo romance y de recoger algún otro texto de la tradición oral, publicó un ensayo titulado «Romance de la muerte del Príncipe don Juan (1497)». (Catalán 1998, 36)

As conseqüências - ou talvez antes fosse preferível dizer, as causas - de subtis incorreções filológicas como estas, tão recentes, resultam assim em evidências de uma desatenção gerada talvez ao nível do subconsciente nacionalista de filiação castelhanocêntrica.

ria, a) hijo único varón de unos padres-reyes aún vivos, b) esposo y, a la vez, enamorado de una mujer también muy joven, venida de tierras lejanas como parte de una alianza entre familias-estados, con la cual se hallaba recién casado, pero que era ya madre gestante, y c) padre de un futuro niño-heredero, de sexo por el momento incierto. Todas estas personas competían en la Historia (y podían hacerlo en el relato) en el protagonismo del suceso de octubre de 1497: el príncipe o agonizante, los reyes o padres, la princesa o amada y el heredero presunto o hijo 'marcado' por su nacimiento póstumo» (Catalán 1998, 61). Para mais detalhes sobre a relação entre o romance e os acontecimentos históricos, veja-se o citado estudo de Catalán (1998, 35-107).

4.2 Na atividade editorial

Prosseguindo a nossa análise com o fecundo exemplo do romance da *Muerte del príncipe don Juan*, também o trabalho editorial castelhano reflete em traços gerais esta mesma tendência que apontamos, segundo ficou apurado a partir do estudo de um *corpus* de antologias de romances.

Nalgumas das mais prestigiadas obras deste perfil que tivemos oportunidade de examinar, como são as de Piñero (1999), de Díaz-Mas (1994) (que publicam versões do romance da *Muerte del príncipe don Juan*) ou, mais recentemente, de Chicote (2012), os editores caem no erro comum de afirmar o aparecimento do romance por mãos de Menéndez Pidal e María Goyri em 1900, reproduzindo o mito fundacional do aparecimento da poesia narrativa tradicional em Castela com um tema tão emblemático para a história da cultura espanhola (castelhana).

Por outro lado, uma leitura atenta destes e de outros trabalhos editoriais sobre o romancel permite aferir, embora partindo a maior parte dos seus editores de pressupostos teóricos de motivação pan-hispanista, uma articulação controversa entre a teoria proposta pelos seus responsáveis e a prática editorial de seleção do *corpus* textual.

Escolheu-se, para efeitos de estudo, um conjunto de 12 antologias de romances da responsabilidade de especialistas consagrados na área do romancel, publicadas ou com circulação em Espanha entre 1971 e 2012. Estes trabalhos fornecem-nos pistas interessantes, as quais sintetizamos a seguir.

Tabela 1 Resultados obtidos a partir da análise de 12 antologias de romances.
Elaboração própria

Obra¹	Número tot. de versões	Versões da tradição oral moderna portuguesa	Versões da tradição oral moderna catalã	Versões da tradição oral moderna galega	Observações
1. De la Campa 1998	50	1	0	5 (em castelhano)	<ul style="list-style-type: none"> inclui uma versão factícia do romance <i>La difunta pleiteada</i>, composta a partir de lições das diversas tradições orais; edita versões do Archivo Pidal-Goyri e das recolhas do Seminario Menéndez Pidal.
2. Alvar 1971	227 (83 da tradição oral moderna)	25	10	8	<ul style="list-style-type: none"> uma versão galega encontra-se em castelhano; interessante representação das sub-tradições latino-americanas.
3. Débax 1982	92 (todas em castelhano)	0	0	0	<ul style="list-style-type: none"> poucas versões oriundas da tradição oral moderna, embora a editora a ela se refira nos comentários de texto; preferência pela edição de versões da tradição antiga.
4. Menéndez Pidal 1973	60 (todas em castelhano)	0	0	0	<ul style="list-style-type: none"> o <i>Romanceiro Geral Português</i> de Teófilo Braga (1906-09) é a única coleção portuguesa citada; publica dois romances de Lope de Vega e um de Góngora.
5. Piñero 1999	159 (todas em castelhano)	0	0	0	<ul style="list-style-type: none"> preferência por versões da tradição antiga, que edita sempre que possível; as tradições orais ibéricas de língua não castelhana são referidas apenas esporadicamente nos comentários de texto.

Obra¹	Número tot. de versões	Versões da tradição oral moderna portuguesa	Versões da tradição oral moderna catalã	Versões da tradição oral moderna galega	Observações
6. Díaz-Mas 1994	116	0	0	1 (em castelhano)	<ul style="list-style-type: none"> • preferência por versões da tradição antiga, que edita sempre que possível; • a tradição oral moderna só é representada esporadicamente como segunda versão de um tema ou nos comentários de texto.
7. Chicote 2012	107	15 'lusobrasileñas' (2 brasileiras)	2 (1 romance <i>Gentil dona</i> , <i>gentil dona</i>)	3 (1 em castelhano)	<ul style="list-style-type: none"> • de vocação assumidamente pan-hispânica; • preferência por versões da tradição antiga; • inclui um número interessante de versões latino-americanas; • traduz para castelhano as versões / fragmentos de versões noutros idiomas ibéricos.
8. Díaz Roig 1980	138 (10 versões da tradição oral moderna)	0	0	0	<ul style="list-style-type: none"> • preferência por versões da tradição antiga. • 1 versão da tradição oral moderna valenciana, em castelhano.
9. García de Enterría 1987	80 (todas em castelhano)	0	0	0	<ul style="list-style-type: none"> • edita apenas versões da tradição antiga.
10. Di Stefano 1985	130	0	1 (<i>Gentil dona</i> , <i>gentil dona</i>)	0	<ul style="list-style-type: none"> • dedicada especificamente à tradição antiga; • sem versões da tradição oral moderna.
11. Di Stefano 1993	162 (1 editada em comentário de texto)	2	1 (<i>Gentil dona</i> , <i>gentil dona</i>)	0	<ul style="list-style-type: none"> • dedicada especificamente à tradição antiga; • Inclui um apêndice com textos de fontes posteriores a 1605.
12. Di Stefano 2009	181	2	1 (<i>Gentil dona</i> , <i>gentil dona</i>)	0	<ul style="list-style-type: none"> • dedicada especificamente à tradição antiga; • inclui um apêndice com textos de fontes posteriores a 1605.

1 Conferir a referência bibliográfica completa destas antologias na lista bibliográfica final.

Se, por um lado, nos estudos introdutórios destas antologias é recorrente referir-se a dispersão geográfica dos romances na tradição oral moderna, de modo a mostrar a sua vitalidade, regista-se, na prática editorial, que os textos representativos de cada romance excluem esmagadoramente exemplos textuais oriundos dos espaços geolinguísticos português, catalão e galego, conforme os dados da tabela demonstram.²⁵

A análise das antologias que não são dedicadas exclusivamente à tradição antiga coloca ainda em evidência, em pleno século XX e mesmo XXI, a preferência esmagadora destas compilações pelo romancel antigo (em castelhano, naturalmente), tido hoje, então, tal como na época de Menéndez Pidal, como depósito das manifestações poéticas mais perfeitas do género, mesmo tendo em conta o relevante papel que foi dado, a partir dos anos sessenta do século passado, à tradição oral moderna. A articulação entre a teoria proposta e a prática editorial de seleção do *corpus* poético revela-se, por conseguinte, defeituosa.

Em traços gerais, esta característica aponta, cremos, para uma escolha subliminarmente tendenciosa do editor, que prefere exemplos textuais na *sua* língua e provenientes do *seu* espaço geocultural ou daqueles afetos ao seu público-alvo. Mas, uma vez mais, tal facto não deixa de ser comprometedor, se se atentar na proclamada vocação pan-hispânica do género poético em contraste com a generalizada falta de interesse manifestada nestas obras pela tradição oral moderna. Numa altura em que foram envidados significativos investimentos no levantamento e no estudo da poética do romancel nas diferentes sub-tradições, como explicar a carência de dados e textos delas representativos nestas antologias?

5 Palavras finais

Numa fase adiantada desta exposição, seremos já capazes de compreender cabalmente a tese que se pretende defender. Com uma crítica que continua a refletir, mesmo que implicitamente, binómios como centro *versus* periferia; nacionalismo *versus* pan-hispanismo, o discurso sobre o romancel tradicional encontra-se ainda envenenado em pleno século XXI.

Se é forçoso aceitar que o motor nacionalista romântico teve a responsabilidade de propulsar os movimentos de recolha e edição, criando mistificações oníricas, por vezes, não é certo que essas motivações se tenham evaporado do panorama editorial e crítico, pelo

²⁵ Ainda que não sejam numerosas as versões catalãs e portuguesas, tendo em conta as restantes antologias, a edição de Manuel Alvar é, sem dúvida, a mais ecuménica.

menos enquanto não se repuser um enfoque verdadeiramente neutro acerca da questão. Pretendeu-se, através deste trabalho, iluminar esta realidade com alguns dados mais (ainda que parciais), os quais serão desenvolvidos em breve noutro estudo. Mais precisamente, urge desmistificar a existência de um pan-hispanismo alheio a fundamentos nacionalistas. Aliás, já o professor Cid apontara o dedo à hegemonia e sentimento de superioridade castelhanas na cosmovisão pidalina acerca do romanceiro, sublinhando que:

El Romancero servirá, sin embargo, como argumento añadido para sustentar las tesis del castellano-centrismo tan caras a la reflexión sobre España de los hombres del 98 y sus epígonos. [...] La simple constatación de que toda la tradición antigua del Romancero era castellana, como lo es en su gran mayoría el repertorio de temas épicos e históricos, y otros datos reveladores que aportaba la tradición moderna (como la abundancia de castellanismos aún no asimilados en el lenguaje de buena parte de las versiones catalanas y, en menor medida, de las portuguesas), convertían al Romancero en una prueba viva del proclamado carácter aglutinador de una Castilla que habría impuesto sus modelos y sus temas en la poesía popular narrativa de las otras áreas hispánicas. (Cid 2005-06, 56-7)

Contudo, se a Menéndez Pidal se poderia condescender a tentação de menorizar a originalidade poética das tradições portuguesa e catalã, que deixava assim de ser significativa à medida que se compilavam cada vez mais versões da área geolinguística castelhana (Cid 2005-06, 57), a partir dos anos 60 do século XX o intenso trabalho de recolha e publicação de que foram alvo outras sub-tradições (pensamos na portuguesa, em particular) deveria ter alterado profundamente esta ideia concebida. Para não ir mais longe, atentamos no contributo desta tradição oral, cuja memória de raríssimos temas épicos que se conservam em especial nas suas comunidades insulares da Madeira e dos Açores é extremamente valiosa para o conhecimento não regional, não nacional, mas global, do romanceiro.

Precisamente 50 anos volvidos sobre o desaparecimento do mestre Menéndez Pidal, é fácil constatar que o enquadramento não se alterou significativamente. O olhar sobre as tradições periféricas não deixa de ser, por conseguinte, também ele nacionalista. Alterar o quadro vigente não se afigura tarefa leve, mas reconhecer que o grau zero do nacionalismo não existe marcaria já um bom princípio.

Referências bibliográficas

- Aiats, Jaume (2004-05). «Breu panorama de l'etnomusicologia a Catalunya entre 1875 i 1936». *Recerca Musicològica*, XIV-XV, 123-38.
- Alvar, Manuel (1971). *El romancero viejo y tradicional*. México: Editorial Porrúa.
- Boto, Sandra (2011). *As fontes do Romanceiro de Almeida Garrett. Uma proposta de edição crítica* [tese de doutoramento]. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. URL <http://hdl.handle.net/10362/7205> (2018-09-17).
- Catalán, Diego (1998). «Permanencia de motivos y apertura de significados: Muerte del Príncipe don Juan». *Arte poética del romancero oral. Parte 2ª Memoria, invención, artificio*. Madrid: Siglo Veintiuno, 35-107.
- Chicote, Gloria (2012). *Romancero*. Buenos Aires: Colihuo.
- Cid, Jesús Antonio (1999). «La poésie narrative populaire et sa collecte dans la péninsule ibérique au XIXe siècle». Postic, Fañch (éd.), *La Bretagne et la littérature orale en Europe*. Mellac; Brest: Centre de Recherche Bretonne et Celtique; Centre International de Rencontres des Cultures de Tradition Orales, 139-50.
- Cid, Jesús Antonio (2005-06). «Nacionalismo y poesía popular. Manuel Murguía y la invención de un romancero gallego apócrifo». *ELO*, 11-12, 51-72.
- De la Campa, Mariano (1998). *Antología de la épica y el romancero*. Barcelona: Grupo Hermes Editora General.
- Débax, Michelle (1982). *Romancero*. Madrid: Alhambra.
- Díaz-Mas, Paloma (1994). *Romancero*. Barcelona: Crítica.
- Díaz Roig, Mercedes (1980). *El romancero viejo*. 4a ed. Madrid: Cátedra.
- Di Stefano, Giuseppe (1985). *El romancero*. 5a ed. Madrid: Narcea.
- Di Stefano, Giuseppe (1993). *Romancero*. Madrid: Taurus.
- Di Stefano, Giuseppe (2009). *Romancero*. Madrid: Castalia.
- Espadaler, Antón María (1989). *Literatura catalana*. Madrid: Taurus. Historia crítica de la Literatura Hispánica 27.
- Ferré, Pere (2002). «Algumas reflexões de Garrett sobre o *Romanceiro*». Comissão Executiva dos Seminários Garrett (ed.), *Garrett às Portas do Milénio*. Lisboa: Edições Colibri, 95-106.
- Ferré, Pere (2006). «Etapas en la edición del Romancero portugués». Santiago, Ramón; Valenciano, Ana; Iglesias, Silvia (eds), *Tradiciones discursivas. Edición de textos orales y escritos*. Madrid: Editorial Complutense.
- Forneiro, José Luís (2000). *El romancero tradicional de Galicia: una poesía entre dos lenguas*. Gipuzkoa: Sendoa. Biblioteca Mítica 3.
- Forneiro, José Luís (2016). «Víctor Said Armesto». *Abenamar*, 1, 187-93.
- García de Enterría, María Cruz (1987). *Romancero viejo*. Madrid: Castalia.
- Garrett, Almeida (1828). *Adozinda. Romance*. London: Boosey & Son.
- Garrett, Almeida (1851). *Romanceiro*, vol. 2. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Garrett, Almeida (1853). *Romanceiro*. Lisboa: Viuva Bertrand e Filhos.
- Goyri de Menéndez Pidal, María (1904). «Romance de la muerte del príncipe D. Juan». *Bulletin Hispanique*, 6(1), 29-37.
- Lapesa, Rafael; Catalán, Diego; Galmés, Álvaro; Caso, José (eds) (1957). *Romanceros del Rey Rodrigo y de Bernardo del Carpio*. Vol. 1 de *Romancero tradicional de las lenguas hispánicas (español-portugués-catalán-sefardí)*. Colección de textos y notas de María Goyri y Ramón Menéndez Pidal. Madrid: Gredos.
- Massot i Muntaner, Josep (2002). *Els viatges folklòrics de Marià Aguiló*. Discurs llegit el dia 6 de Juny de 2002 en l'acte de recepció pública de Josep Massot i Muntaner a la Reial Acadèmia de Bones Lletres de Barcelona. Barcelona: Reial Acadèmia de Bones Lletres de Barcelona.

- Menéndez Pidal, Gonzalo (1973). *Romancero*. Madrid: CSIC.
- Menéndez Pidal, Ramón (1953). *Romancero hispánico (hispano-portugués, americano y sefardí)*, vol. 2. Madrid: Espasa-Calpe.
- Pérez Isasi, Santiago (2017). «Building Nations Through Words. Iberian Identities in Nineteenth-Century Literary Historiography». Muñoz-Basols, Javier; Lonsdale, Laura; Delgado, Manuel (eds), *The Routledge Companion to Iberian Studies*. London; New York: Routledge, 333-43.
- Piñero, Pedro M. (1999). *Romancero*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Rebés Molina, Salvador (2016). «Els materials catalans de Menéndez Pidal i altres qüestions referents a l'Obra del Cançoner Popular de Catalunya». Massot i Muntaner, Josep (coord.), *Estudis de Llengua i Literatura Catalanes LXX. Miscel·lània Jordi Bruguera/4*. Barcelona: Publicacions de l'Abadia de Montserrat, 99-122.
- Sánchez Romeralo, Antonio (1979). «El romancero oral ayer y hoy: Breve historia de la recolección moderna (1782-1970)». Sánchez Romeralo, Antonio; Catalán, Diego; Armistead, Samuel G. (eds), *El Romancero hoy: nuevas fronteras*. Madrid: Cátedra Seminario Menéndez Pidal, 15-51.
- Vasconcellos, Carolina Michaëlis de (1934). *Estudos sobre o romancero peninsular. Romances velhos em Portugal*. 2a ed. Coimbra: Imprensa da Universidade.

